00180

Data: 10/04/2013		Proposição: MPV Nº 612, de 2013		
Autor: Senador Ricardo Ferraço - PMDB/ES				
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva/Global

EMENDA - Texto & Justificativa

Dê-se a seguinte redação ao art. 15 da Medida Provisória nº 612, de 04 de abril de 2013:

- Art. 15. Os atuais contratos de concessão e de permissão, celebrados com fundamento no inciso VI do caput do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, estão prorrogados pelo prazo necessário para completar trinta e cinco anos de vigência total.
 - § 1° As disposições deste artigo aplicam-se, também a:
- I recinto alfandegado que esteja funcionando como permissionário ou concessionário na data de publicação desta Medida Provisória, por força de medida judicial ou amparado por contrato emergencial; e
- II recinto alfandegado que esteja funcionando, na data de publicação desta Medida Provisória, como Centro Logístico e Industrial Aduaneiro criado sob a vigência da Medida Provisória nº 320, de 24 de agosto de 2006, mediante a transferência para esse regime de acordo com o disposto no seu art. 16, ou por força de medida judicial.

JUSTIFICAÇÃO

De modo a uniformizar a situação dos diversos agentes titulares de recintos alfandegados de zona secundária (Portos Secos), a garantir a continuidade do serviço público neles prestados e a respeitar aos investimentos por eles já realizados e ainda não amortizados, assegurando um ambiente concorrencial equilibrado, incluímos os presentes dispositivos, que possibilitam os titulares de portos secos em atividade adequarem seus contratos aos termos da Lei 9.074/95 (com redação dada pela Lei 10.687/2003).

Tal solução leva em conta a viabilidade econômica e a dinâmica das atividades desenvolvidas nesses recintos, a previsão contida no art. 1°, §2°, da Lei nº 9.074/95 sob a ótica da confiança legítima dos particulares que investiram no setor para prover, durante anos, a atividade, bem como o período de tempo já usufruído





pelos agentes na sua exploração — possibilitará a renovação gradual dos atuais titulares de portos secos, sem prejuízo da realização de licitações para novos recintos. Além disso, as atuais contendas judiciais e administrativas deixarão de existir, evitando a descontinuidade dos serviços e atraindo mais investimentos da iniciativa privada.

Senado Federal,

Senador Ricardo Ferraço - PMDB/ES